

CONHECIMENTOS GERAIS

1. Assinale a alternativa que menciona uma grande catástrofe ocorrida há algum tempo no dia 26 de abril de 1986, tendo sido considerado é o pior acidente de sua natureza da história em termos de custo e de mortes resultantes, além de ser um dos dois únicos classificados como um evento de nível 7 na Escala Internacional desse tipo de Acidentes.

- a) Acidente nuclear de Fukushima I.
- b) Queda das Torres Gêmeas do W.T.C.
- c) Tsunami que arrasou a Indonésia.
- d) Acidente nuclear de Chernobil.

2. Segundo a Organização Internacional de Migração, mais de 3.000 pessoas morreram em 2014 durante a tentativa de migrar para a Europa. Essas mortes ocorreram em virtude dos imigrantes estarem em embarcações sem qualquer segurança tentando atravessar o:

- a) Mar mediterrâneo.
- b) Mar báltico.
- c) Oceano atlântico.
- d) Oceano pacífico.

3. O(a) principal candidato(a) à presidência dos Estados Unidos em 2016, pelo Partido Republicano, é:

- a) Hillary Clinton.
- b) Donald Trump.
- c) Ted Cruz.
- d) Bernie Sanders.

4. O rompimento de uma barragem, localizada no subdistrito de Bento Rodrigues, a 35 km do centro do município brasileiro de Mariana, Minas Gerais, ocorreu na tarde de 5 de novembro de 2015. Trata-se de uma barragem de rejeitos de mineração controlada pela Samarco Mineração S.A., um empreendimento conjunto das maiores empresas de mineração do mundo. O texto se refere à:

- a) Barragem Vale do Rio Doce.
- b) Barragem Samarco.
- c) Barragem de Fundão.
- d) Barragem Mariana.

5. Duas pessoas morreram após o desabamento de uma obra viária no Rio de Janeiro, inaugurada em 17 de janeiro de 2016 e custou cerca de quarenta e quatro milhões de reais. Que obra viária foi essa?

- a) Via do Bondinho de Santa Tereza.
- b) Ciclovia Tim Maia.
- c) Ciclovia Oscar Niemeyer.
- d) Estrada do Bondinho do Pão de Açúcar.

6. Grupo Terrorista responsável pelos ataques ocorridos em Paris no dia 13 (sexta-feira) de novembro de 2015 onde 129 pessoas morreram.

- a) Al Qaeda.
- b) Estado Islâmico.
- c) Boko Haram.
- d) Talibã.

7. Quais os países que formam o Bloco Econômico denominado BRICS?

- a) Brasil - Índia - China - Rússia e Austrália
- b) China - África do Sul - Brasil - Rússia e Índia
- d) Rússia - Coreia do Sul - Brasil - Índia e Suécia.
- d) Brasil - Rússia - Indonésia - China e Suíça.

8. Na bacia de qual rio brasileiro, no Estado do Pará, está sendo construída a Hidrelétrica de Belo Monte, considerada a terceira maior usina hidrelétrica do mundo?

- a) Rio Tapajós.
- b) Rio Solimões.
- c) Rio Negro.
- d) Rio Tocantins.

9. A Ferrovia Madeira-Mamoré, inaugurada em 1912, com 366 km de extensão, também era conhecida como:

- a) Ferrovia da Borracha.
- b) Ferrovia dos Imigrantes.
- c) Ferrovia dos Ingleses.
- d) Ferrovia da Morte.

10. Antiga denominação do Estado de Rondônia, quando do desmembramento deste do Estado do Amazonas e do Estado do Mato Grosso, ocorrido em 13 de setembro de 1943.

- a) Território Federal do Guaporé.
- b) Território Federal do Mamoré.
- c) Território Federal do Norte.
- d) Território Federal do Cuniã.

FILOSOFIA

11. Uma das principais características da filosofia é nos “ensinar a aprender a pensar”, ou seja, a exercitarmos a filosofia como “uma atividade de espírito”. Assim, pode-se afirmar que a filosofia pressupõe:

I – Frequentar a realidade, fazer exercícios de pensar o real, pois o aprender a pensar o real é filosofar, é suspeitar que outra realidade pode existir além daquela que nos aparente de imediato.

II – Praticar a filosofia (*philosophon*), ser amigo da sabedoria, pressupõe uma longa aprendizagem, um empenho diligente que mereça a iluminação do pensamento.

III – Muitas vezes, para ter uma atitude filosófica, o filósofo precisa se desligar da vida, pois esta não o possibilita uma verdadeira sabedoria.

É correto o que se afirmou em:

- a) I, apenas.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.

12. Para Roberto Rossi (*Introdução à Filosofia*): “Se as coisas que nos cercam (a realidade, na sua enorme variedade), se o mundo dos outros e o nosso mundo, o universo na sua indefinível vastidão, fossem previsivelmente presentes, ou seja, fossem realidades expostas, sem o poder de despertar surpresas em nós [...]”:

I – “[...] a filosofia jamais teria nascido, nem o pensar e, conseqüentemente, nem a descoberta do problema, a vontade de pesquisar, as tentativas de solução, o próprio mundo da cultura e da história humana”.

PORQUE

II – “A filosofia leva o homem a perguntar o porquê das coisas, por que assim, por quem, o por que foi feito e foi dado. [...] a origem da filosofia é o espanto, o maravilhar-se, que leva ao desequilíbrio [...]. O homem é atraído pelo que falta, pelo possível” e a partir daí ele constrói a cultura e a história, está sempre em mudança e transformação.

No que diz respeito à origem e finalidade da filosofia, avalie as asserções e a relação proposta entre elas; assinale a opção correta:

- a) As asserções I e II são falsas.
- b) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- c) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é complemento da I.
- d) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma complemento da I.

13. Em relação à origem da filosofia entre os gregos, estão corretas as assertivas a seguir, EXCETO:

- a) A filosofia nascente na Grécia buscou se fundamentar na razão para encontrar a unidade que dava sentido e origem ao mundo, não mais nas crenças e explicações preestabelecidas pelos mitos.
- b) Os primeiros filósofos procuravam dar uma objetividade à filosofia, isto é, um pensar e refletir a realidade de maneira ordenada, crítica e coerente, capaz de generalizar e diferenciar a realidade.
- c) Os pré-socráticos, ou filósofos da *physis*, tinham como preocupação apenas encontrar o elemento (*arché*) que atribuisse sentido ao universo. Após muitas reflexões, cada um ao seu modo, afirmaram ser a “água”, o “ar”, o “fogo”, o “número”, etc., que dava sentido e explicava o universo. Constatados esses elementos, os filósofos pré-socráticos não mais fizeram perguntas e deram por encerradas as reflexões filosóficas.
- d) As investigações dos filósofos da *physis* foram fundamentais para a filosofia nascente, pois floresceu na cultura grega uma atitude de se libertar da tradição, dos mitos e de buscar investigar a partir das leis da razão.

14. Muito se questiona sobre a “utilidade da filosofia” ou o “para que Filosofia?”. Neste sentido é correto afirmar que:

I – Neste mundo onde tudo é colocado como passageiro e as pessoas se preocupam com respostas imediatas e prontas, a filosofia não possui “utilidade” e por isso não deve ser comparada com as demais ciências como geografia, física, matemática, que são ciências práticas e úteis aos homens.

II – A filosofia é uma reflexão livre de interesses e que tem como fundamento a verdade e as leis da razão, de um filosofar que pressupõe um amadurecimento das ideias e dos conceitos. Daí decorrer que a filosofia não se enquadra no que entendemos por “utilidade” imediata.

III – A filosofia não é uma ciência como as citadas, mas uma reflexão sobre os fundamentos das ciências. Para muitos filósofos a filosofia tem como finalidade última a felicidade humana e nos elevar acima do senso comum, dos preconceitos e das meras opiniões: “Então podemos dizer que a filosofia é o mais útil de todos os saberes de que os seres humanos são capazes” (CHAUÍ, *Convite à Filosofia*, p. 29).

É correto o que se afirmou em:

- a) I, II e III.
b) I, apenas.
c) I e II.
d) I e III.

15. Sobre o período socrático ou antropológico, conforme Chauí (*Convite à Filosofia*, p. 48-56), pode-se afirmar que:

I – Foi a época de um grande florescimento da cultura grega, sendo Atenas o centro da vida social, política e cultural da Grécia.

II – Neste período também se gerou a polêmica de Sócrates e Platão com os chamados Sofistas, devido a forma de educação do cidadão para atuar na *pólis*. Para os primeiros devia se fundamentar no amor pela sabedoria, pela verdade e pela ética; já os últimos defendiam a formação do bom orador e ensinavam a arte da persuasão.

III – A partir de Sócrates a filosofia se volta para investigar as questões humanas como a ética, a política e as técnicas e assim compreender o lugar do homem no mundo e o seu compromisso com seus pares.

IV – Sócrates fazia perguntas sobre as coisas, sobre as ideias, sobre os valores, sobre as crenças e afirmava que “só sei que nada sei”, sendo este reconhecimento da ignorância o primeiro passo para o filosofar. Ele também desafiava os atenienses com a máxima do Oráculo de Delfos “conhece-te a ti mesmo”.

É correto apenas o que se afirmou em:

- a) I, apenas.
b) I e II.

- c) I, II e III.
d) I, II, III e IV.

SOCIOLOGIA

16. Sobre o período socrático ou antropológico, conforme Chauí (*Convite à Filosofia*, p. 48-56), pode-se afirmar que:

I – Foi a época de um grande florescimento da cultura grega, sendo Atenas o centro da vida social, política e cultural da Grécia.

II – Neste período também se gerou a polêmica de Sócrates e Platão com os chamados Sofistas, devido a forma de educação do cidadão para atuar na *pólis*. Para os primeiros devia se fundamentar no amor pela sabedoria, pela verdade e pela ética; já os últimos defendiam a formação do bom orador e ensinavam a arte da persuasão.

III – A partir de Sócrates a filosofia se volta para investigar as questões humanas como a ética, a política e as técnicas e assim compreender o lugar do homem no mundo e o seu compromisso com seus pares.

IV – Sócrates fazia perguntas sobre as coisas, sobre as ideias, sobre os valores, sobre as crenças e afirmava que “só sei que nada sei”, sendo este reconhecimento da ignorância o primeiro passo para o filosofar. Ele também desafiava os atenienses com a máxima do Oráculo de Delfos “conhece-te a ti mesmo”.

É correto apenas o que se afirmou em:

- e) I, apenas.
f) I e II.
g) I, II e III.
h) I, II, III e IV.

17. As mudanças que ocorreram na história da humanidade, a partir do século XVIII e se estenderam no século XIX, provocadas pela revolução científico-tecnológica, que denominamos Revolução Industrial, marcaram profundamente a organização social, a maneira dos homens produzirem os bens, as formas de relacionarem-se e os mercados

Sobre o surgimento da Sociologia e as mudanças ocorridas na modernidade, é correto afirmar:

- a) Houve um intenso êxodo urbano, com o crescimento da agricultura.
b) As manufaturas foram instaladas nas cidades camponesas.
c) O aumento do trabalho humano nas fábricas ocasionou a diminuição da divisão do trabalho.
d) A antiga forma de ver o mundo não podia mais solucionar os novos problemas sociais. Surgidos a partir das transformações em curso.

18. Émile Durkheim (1858-1917) introduz no primeiro capítulo da sua obra *As regras do método sociológico* o conceito de:

- a) caos social.
b) realidade social.
c) fato social.
d) Ação Social.

19. Numa pesquisa, procura-se saber que condições uma cidade deveria apresentar para garantir aos cidadãos qualidade de vida. Várias cientistas fizeram suas análises, aqueles que seguem o pensamento de Max Weber utilizaram um instrumental conhecido na metodologia do pensador como:

- a) Fato social.
b) Tipo Ideal.
c) Classe Social.
d) Solidariedade.

20. “O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em

geral”. Essa tese resume a sua teoria da história, também denominada de:

- a) socialismo científico.
- b) materialismo histórico.
- c) racionalismo cartesiano.
- d) fenomenologia do espírito.

DIREITO CONSTITUCIONAL

21. “Por definição, toda Constituição constitui um limite da expressão e da autonomia da vontade popular. Constituição quer dizer limitação da liberdade da maioria de cada momento, e, neste sentido, quanto mais Constituição, mais limitação do princípio democrático. O problema consiste em saber até que ponto é que a excessiva constitucionalização não se traduz em prejuízo do princípio democrático” (Vital Moreira). A partir do texto acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

As constituições, sobretudo nos países que adotam mecanismos de controle jurisdicional de constitucionalidade das leis, impõe bloqueios para a deliberação coletiva

PORQUE

Subtraem do espaço de decisão dos representantes do povo certas questões previamente estabelecidas pelo constituinte originário, principalmente com relação as cláusulas pétreas.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a) as asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- b) as asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- c) a asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- d) a asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

22. Com base no histórico das Constituições Brasileiras, analise as afirmações a seguir:

I - Meses antes da proclamação da independência, já estava prevista a realização de eleições para uma Assembleia Constituinte no Brasil, que havia sido convocada por meio de decreto expedido em 1822, e as eleições ocorreram em 07 de setembro e em maio de 1823. Como não era mais possível o retorno puro e simples ao absolutismo, que encontrava limites no enraizamento de algumas conquistas do liberalismo, desenhava-se uma fórmula compromissória que envolvesse a participação efetiva do monarca no exercício do poder.

II – O texto de 1981, apesar de mais analítico, era fortemente inspirado na Constituição norte-americana, da qual o jurista baiano, Ruy Barbosa, era profundo admirador.

III – A Constituição de 1946 buscou conciliar liberalismo político e democracia com o Estado Social.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a assertiva I está incorreta.
- b) Apenas as assertivas II e III estão incorretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

23. Com relação ao tema “Poder Constituinte e Emenda à Constituição”, analise as afirmativas a seguir.

I. A proposta de emenda constitucional exige um quorum qualificado para sua aprovação. A emenda constitucional será considerada aprovada após discussão e votação em dois turnos pelo Senado Federal, devendo obter três quintos dos votos dos seus membros em cada turno de votação.

II. São temas que não podem ser objeto de proposta de emenda constitucional que os pretenda abolir: (i) a forma federativa de Estado; (ii) os direitos e garantias individuais; (iii) a separação dos Poderes; (iv) o voto direto, secreto, universal e periódico; e

(v) as regras constitucionais relativas ao controle de constitucionalidade.

III. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa i estiver correta.
- b) se somente a afirmativa ii estiver correta.
- c) se somente a afirmativa iii estiver correta.
- d) se todas as afirmativas estiverem corretas.

24. O marco histórico do novo direito constitucional, na Europa continental, foi o constitucionalismo do pós-guerra, especialmente na Alemanha e na Itália. No Brasil, foi a Constituição de 1988 e o processo de redemocratização que ela ajudou a protagonizar. A partir do texto acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

A superação histórica do jusnaturalismo e o fracasso político do positivismo abriram caminho para um conjunto amplo e ainda inacabado de reflexões acerca do Direito, sua função social e sua interpretação, sendo caracterizados pela doutrina constitucional um marco filosófico da Constitucionalização do Direito.

PORQUE

O pós-positivismo busca ir além da legalidade estrita, mas não despreza o direito posto; procura empreender uma leitura moral do Direito, mas sem recorrer a categorias metafísicas. A interpretação e aplicação do ordenamento jurídico não de ser inspiradas por uma teoria de justiça, mas não podem comportar voluntarismos ou personalismos, sobretudo os judiciais.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a) as asserções i e ii são proposições verdadeiras, e a ii é uma justificativa correta da i.
- b) as asserções i e ii são proposições verdadeiras, mas a ii não é uma justificativa correta da i.
- c) a asserção i é uma proposição verdadeira, e a ii é uma proposição falsa.
- d) a asserção i é uma proposição falsa, e a ii é uma proposição verdadeira.

25. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) regras materialmente constitucionais são as regras que organizam o estado.
- b) somente são materialmente constitucionais as regras que se relacionam com o poder e que tratam de matéria constitucional, independentemente de estarem ou não dispostas na constituição.
- c) todas as regras dispostas no texto constitucional são formalmente constitucionais.
- d) o fato de uma regra estar na constituição não significa que ela é hierarquicamente superior as demais normas jurídica do ordenamento.

26. A respeito dos princípios fundamentais consagrados na Constituição Federal, sob os quais se organiza o Estado Brasileiro, analise as afirmativas a seguir:

I. A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição.

II. Dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil estão o de construir uma sociedade justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais, e socializar a propriedade dos meios de produção.

III. A República Federativa do Brasil tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

IV. São alguns dos princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais: a prevalência dos

direitos humanos, o exercício da hegemonia política na América Latina e o repúdio ao terrorismo e ao racismo.

Assinale:

- a) se apenas as afirmativas ii e iv estiverem corretas.
- b) se apenas as afirmativas i e iii estiverem corretas.
- c) se apenas as afirmativas i e iv estiverem corretas.
- d) se todas as afirmativas estiverem corretas.

27. (JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO – TJPI – 2007 – CESPE) – O movimento constitucional gerador da constituição em sentido moderno tem várias raízes, localizadas em horizontes temporais diacrônicos e em espaço histórico, geográfico e culturais diferenciados. Em termos rigorosos não há um constitucionalismo mas vários constitucionalismos. Será preferível dizer que existem diversos movimentos constitucionais com corações nacionais mas também com alguns momentos de aproximação entre si, fornecendo uma complexa tessitura histórico-cultural. É mais rigoroso falar de vários movimentos constitucionais do que de vários constitucionalismos porque isso permite recortar desde já uma noção básica de constitucionalismo (J. J. Gomes Canotilho. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4ª ed. Coimbra: Almedina, 2000, p. 51 (com adaptações)).

Tendo o texto acima como referência inicial, assinale a opção correta acerca dos conceitos de constituição e constitucionalismo.

- a) O ponto central do movimento constitucionalista inglês foi a revolução gloriosa (1688-89), quando então se iniciou o movimento político-jurídico de limitação dos poderes do rei, por meio de instrumento jurídicos do tipo Magna Carta, que possuem a mesma natureza jurídica de uma constituição.
- b) Com o movimento constitucionalista francês, a partir da revolução francesa, sedimentou-se a visão de direitos individuais do homem, em oposição à visão do homem como integrante de um segmento estamental, adotado pelo movimento constitucionalista inglês.
- c) No âmbito brasileiro, a Constituição Imperial de 1824 pode ser classificada como flexível, com base no que prescrevia seu art. 178: “É só Constitucional o que diz respeito aos limites e atribuições respectivas dos poderes políticos, e aos direitos políticos e individuais dos cidadãos. Tudo o que não é Constitucional pode ser alterado sem as formalidades referidas, pelas legislaturas ordinárias”.
- d) O princípio da supremacia da constituição teve no movimento constitucionalista inglês a sua mais significativa aplicação.

28. Considere as seguintes normas constitucionais:

I. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

II. A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

III. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

IV. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

São normas de eficácia limitada os preceitos indicados SOMENTE em:

- a) I, II e III
- b) I e III
- c) II e IV
- d) II e IV

29. Com relação aos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, aprecie as afirmações e marque a alternativa correta:

I - O princípio do pluralismo político refere-se à ideologia unitária da preferência político-partidária, já que nesse terreno é imperativa a aplicação da reserva da constituição.

II - Nas relações internacionais aplica-se o princípio constitucional da intervenção, com repúdio ao terrorismo e defesa da paz, além da solução pacífica dos conflitos.

III - Os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil previstos no artigo 3o da Constituição Federal, são enunciados em forma de ação verbal (construir, erradicar, reduzir, promover), que implicam a necessidade de um comportamento ativo pelos que se acham obrigados à sua realização.

IV - Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa figuram entre os princípios pelos quais estabelece a Constituição que a República Federativa do Brasil se rege, em suas relações internacionais.

Assinale:

- a) se apenas a afirmativa ii estiver correta.
- b) se apenas a afirmativa iii estiver correta.
- c) se apenas a afirmativa iv estiverem corretas.
- d) se todas as afirmativas estiverem corretas.

30. O marco histórico do novo direito constitucional, na Europa continental, foi o constitucionalismo do pós-guerra, especialmente na Alemanha e na Itália. No Brasil, foi a Constituição de 1988 e o processo de redemocratização que ela ajudou a protagonizar. A partir do texto acima, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

A superação histórica do jusnaturalismo e o fracasso político do positivismo abriram caminho para um conjunto amplo e ainda inacabado de reflexões acerca do Direito, sua função social e sua interpretação, sendo caracterizados pela doutrina constitucional um marco filosófico da Constitucionalização do Direito.

PORQUE

O pós-positivismo busca ir além da legalidade estrita, mas não despreza o direito posto; procura empreender uma leitura moral do Direito, mas sem recorrer a categorias metafísicas. A interpretação e aplicação do ordenamento jurídico hão de ser inspiradas por uma teoria de justiça, mas não podem comportar voluntarismos ou personalismos, sobretudo os judiciais

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- a) as asserções i e ii são proposições verdadeiras, e a ii é uma justificativa correta da i.
- b) as asserções i e ii são proposições verdadeiras, mas a ii não é uma justificativa correta da i.
- c) a asserção i é uma proposição verdadeira, e a ii é uma proposição falsa.
- d) a asserção i é uma proposição falsa, e a ii é uma proposição verdadeira.

DIREITO CIVIL

31. Em junho de 2009, o voo 447 da Air France que ia do Rio de Janeiro com destino a Paris sofreu uma queda no Oceano Atlântico que custou a vida de 228 pessoas, entre passageiros e tripulantes.

A seguir, leia trecho de publicação no endereço eletrônico <http://www.bbc.com>, do dia 25/03/2014, sobre a busca pelos corpos das pessoas que se encontravam no referido voo: “Poucos dias após a tragédia, em 31 de maio de 2009, apenas 50 corpos que estavam flutuando no mar haviam sido resgatados, sendo 20 deles brasileiros. Dois anos depois, após a localização das fuselagens, as autoridades francesas conseguiram resgatar 103 corpos”.

Diante do que dispõe a legislação civil sobre o fim da personalidade jurídica da pessoa natural e levando em consideração que alguns corpos foram identificados e outros não, bem como, outros não foram encontrados, analise as assertivas abaixo e marque a opção correta:

- a) Em relação aos corpos que foram identificados não haverá presunção sobre a morte.
- b) As pessoas que tiveram os corpos identificados terão sua personalidade extinta pela morte presumida em razão do perigo de vida em que se encontravam.
- c) As pessoas que não tiveram seus corpos encontrados serão consideradas ausentes e o juiz a requerimento da parte interessada ou do Ministério Público nomeará curador aos bens deixados.
- d) Não haverá declaração de morte presumida em nenhuma das situações apontadas, tendo em vista que todos estavam em situação de perigo, mas poderá ocorrer a comoriência se entre os passageiros tiverem pessoas que são sucessíveis entre si.

32. Em relação às regras aplicáveis as diferentes classes de bens existentes no Código Civil, analise as proposições abaixo:

- I – Os bens públicos de uso comum do povo são aqueles onde o acesso sempre se dá pela forma gratuita por ser um bem à disposição de toda a população.
- II – As pertencas por terem individualidade e destinação própria nem sempre acompanham o bem principal.
- III – Os bens naturalmente divisíveis podem se tornar indivisíveis pela vontade das partes, mas não pode pela vontade da lei.
- IV – Os materiais provenientes da demolição de um prédio readquirem a condição de bem móvel, podendo ser objeto de negócio jurídico próprio.
- V – Um bem colocado à venda é considerado um bem inconsumível, sob o ponto de vista de quem o vende.

Marque a opção correta:

- a) Duas são falsas e três são verdadeiras.
- b) Duas são verdadeiras e três são falsas.
- c) Quatro são falsas e uma é verdadeira.
- d) Quatro são verdadeiras e uma é falsa.

33. Levando em consideração o momento em que se inicia a personalidade jurídica da pessoa natural e da pessoa jurídica, marque a opção correta:

- a) O início da personalidade jurídica da pessoa natural ocorre com o nascimento com vida, mas fica dependendo de registro civil no cartório competente para que possa exercer os direitos da personalidade.
- b) A pessoa jurídica sem fins lucrativos adquire personalidade jurídica a partir do momento da elaboração e aprovação do estatuto pelas pessoas naturais que a compõe.
- c) Tanto a pessoa jurídica como a pessoa natural só adquirem a personalidade jurídica após registro em cartório competente respectivamente.
- d) A pessoa natural não depende de registro em cartório de seu nascimento para a aquisição da personalidade jurídica.

34. Um grupo de moradores do bairro Triângulo da cidade de Porto Velho se reuniu e resolveu criar uma associação que atendesse os interesses das pessoas que ali moram. Tal grupo foi informado que o Código Civil estabelece algumas exigências para a existência de uma associação. Baseado nas regras estabelecidas no Código Civil vigente analise as proposições abaixo e marque a opção correta.

- a) Entre os associados não haverá direitos e obrigações recíprocas, bem como o estatuto poderá estabelecer a transmissibilidade da condição de associado e instituir categorias com vantagens especiais.
- b) A associação por ser uma pessoa jurídica sem fins lucrativos não poderá desenvolver atividades econômicas.
- c) Se houver abuso da personalidade jurídica da associação, o Ministério Público, por zelar pelo bom uso da associação, poderá, a pedido da parte interessada, desconsiderar a personalidade jurídica.

- d) O associado que quiser se retirar da associação passará por regular processo assegurado o direito de defesa e recurso, nos termos previsto no estatuto.

35. Em relação à pessoa natural, marque a opção correta:

- a) A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos atos da vida civil. Porém, a incapacidade cessará para os menores, dentre outras hipóteses legalmente previstas, pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, por instrumento público ou particular, independentemente de homologação judicial.
- b) A incapacidade absoluta priva a pessoa da prática de todos os atos da vida civil enquanto a incapacidade relativa priva a prática apenas de certos atos, podendo inclusive o menor entre dezesseis e dezoito anos se casar, não dependendo, nesse caso, de autorização de seus pais ou de seus representantes legais.
- c) A pessoa que, por causa transitória ou permanente, não puder exprimir sua vontade será considerado relativamente incapaz, sendo, porém, permitido a ela, a prática de alguns atos da vida civil.
- d) Os direitos da personalidade da pessoa natural têm como característica a indisponibilidade absoluta, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

36. (MPE/RO – 2010/CESPE) Assinale a opção correta no que concerne à domicílio.

- a) O domicílio da pessoa natural pode ser definido voluntária ou obrigatoriamente pela lei.
- b) O domicílio residencial prevalece sobre domicílio definido em razão do local de trabalho.
- c) Em relação a estabelecimentos ou filiais de empresa, considera-se domicílio, para os atos nele praticados, o local da sede da pessoa jurídica.
- d) A lei brasileira não admite que a pessoa natural tenha mais de um domicílio.

37. Assinale a alternativa CORRETA

- a) Na oferta ao público, a proposta pode ser formulada por aparelhos automáticos de venda de produtos que manifestam suas vontades através do anúncio que carregam.
- b) Em caso de morte do proponente, a obrigação não será transmitida para seu espólio.
- c) Na fase de aceitação, o silêncio traduz concordância. É a chamada aceitação tácita.
- d) Nenhuma das alternativas é correta.

38. Assinale a alternativa correta

- a) O instituto da onerosidade excessiva está vinculado aos problemas relacionados com o sinalagma funcional do vínculo obrigacional
- b) O instituto da onerosidade excessiva, positivado no novo código civil, pode ser verificado nos contratos de execução continuada ou diferida e sempre terá como consequência a revisão contratual.
- c) A cláusula geral contida no art. 422 do novo código civil impõe ao juiz interpretar e, quando necessário, suprir e corrigir o contrato segundo a boa-fé objetiva, entendida como exigência de comportamento leal dos contratantes.
- d) A função social do contrato, prevista no art. 421 do novo código civil, constitui cláusula geral, a impor a revisão do princípio da relatividade dos efeitos do contrato em relação a terceiros, implicando a tutela externa do crédito.

39. (XIX EXAME DA ORDEM UNIFICADO - 2016) A peça Liberdade, do famoso escultor Lúcio, foi vendida para a Galeria da Vinci pela importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Ele se comprometeu a entregar a obra dez dias após o recebimento da quantia estabelecida, que foi paga à vista. A galeria organizou, então, uma grande exposição, na qual a principal atração seria a escultura Liberdade. No dia

ajustado, quando dirigia seu carro para fazer a entrega, Lúcio avançou o sinal, colidiu com outro veículo, e a obra foi completamente destruída. O anúncio pela galeria de que a peça não seria mais exposta fez com que diversas pessoas exercessem o direito de restituição dos valores pagos a título de ingresso. Sobre os fatos narrados, assinale a afirmativa correta.

- Lúcio deverá entregar outra obra de seu acervo à escolha da Galeria da Vinci, em substituição à escultura Liberdade.
- A Galeria da Vinci poderá cobrar de Lúcio o equivalente pecuniário da escultura Liberdade mais o prejuízo decorrente da devolução do valor dos ingressos relativos à exposição.
- Por se tratar de obrigação de fazer infungível, a Galeria da Vinci não poderá mandar executar a prestação às expensas de Lúcio, restando-lhe pleitear perdas e danos.
- Com o pagamento do preço, transferiu-se a propriedade da escultura para a Galeria da Vinci, razão pela qual ela deve suportar o prejuízo pela perda do bem.

40. (EXAME DA ORDEM – 2010) Maria celebrou contrato de compra e venda do carro da marca X com Pedro, pagando um sinal de R\$ 10.000,00. No dia da entrega do veículo, a garagem de Pedro foi invadida por bandidos, que furtaram o referido carro. A respeito da situação narrada, assinale a alternativa correta.

- Haverá resolução do contrato pela falta superveniente do objeto, sendo restituído o valor já pago por Maria.
- Não haverá resolução do contrato, pois Pedro pode alegar caso fortuito.
- Maria poderá exigir a entrega de outro carro.
- Pedro poderá entregar outro veículo no lugar no automóvel furtado.

LINGUAGEM JURÍDICA

41. (FDA/2013 - Adaptada) Leia o texto a seguir.

O ato de comunicação é essencial para a sobrevivência do homem na sociedade. O sujeito que não se comunica está fadado não só ao isolamento, mas também ao fracasso pessoal e profissional. Isso porque a comunicação é a base das relações sociais e profissionais. Nesse sentido, o domínio dos processos comunicativos é uma ferramenta de ascensão e projeção no âmbito das relações de trabalho. (...)

Os signos da língua são as palavras, que comunicam ideias, emoções e desejos através da combinação de sons produzidos pelos órgãos articuladores. (Ronaldo Xavier, 2001).

A partir da leitura e análise do texto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

I. A língua é um sistema de códigos usados por um grupo de seres humanos para a sua interação social e esta deve ser dominada por toda uma sociedade para tornar possível a comunicação.

PORQUE

II. Tal domínio linguístico é algo que ocorre dentro da sociedade, pois a língua não é herdada por “leis genéticas”, mas aprendida no ambiente social e transmitida de geração a geração.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a segunda não é uma justificativa correta da primeira.
- As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a segunda é uma justificativa correta da primeira.
- A asserção I é uma proposição falsa, e a asserção II é uma proposição verdadeira.
- A asserção I é uma proposição verdadeira, e a asserção II é uma proposição falsa.

42. (FDA/2013 - Adaptada) Assinale a alternativa que completa corretamente o parágrafo:

No campo do Direito, o uso da língua segue uma “**linguagem jurídica**”, ou seja, uma linguagem _____ que também é

chamada de “**linguagem forense**”. Esta linguagem forense caracteriza-se pela _____ e pela _____ e foge do estilo literário, já que é usada em comunicação oficial, cartas comerciais, etc. É uma linguagem que se afasta da linguagem _____, usada no âmbito familiar, por exemplo.

- literária – subjetividade – sinonímia – culta
- técnica – objetividade – conotação – figurada
- denotativa – objetividade – polissemia – literária
- técnica – objetividade – denotação – cotidiana

43. (FDA/2013 - Adaptada) Regina Damião e Antônio Henriques (2000), especialistas em português jurídico, apresentam dois tipos básicos de linguagem não-verbal utilizados no meio da advocacia. Um deles refere-se à comunicação estabelecida pelo movimento do corpo, pela mímica, pelos gestos, pela expressão facial, pelo olhar.

O tipo de linguagem apontado no trecho é:

- linguagem gestual
- linguagem lúdica
- linguagem corporal
- linguagem icônica
- linguagem oral

44. (FDA/2013 - Adaptada) Na área do Direito, devemos estudar as funções da linguagem para saber como podemos articular as formas linguísticas a partir das ênfases que damos à mensagem (conteúdo) ou à emoção. (Damião e Henriques, 2002). Sobre as funções da linguagem, avalie as seguintes asserções:

() “Um acusado, em seu depoimento, serve-se, em geral, de uma linguagem marcadamente subjetiva, carregada dos pronomes eu, me, mim, minha, enfatizando o emissor; caracteriza-se, assim, a função *Poética*. (2002, p. 22)

() “A informação jurídica é precisa, objetiva, denotativa; fala-se, então, de função *Referencial*.” (2002, p. 22)

() Damião e Henriques assinalam a objetividade e a precisão do texto jurídico, mas afirmam: “Nada impede, porém, que o texto jurídico se preocupe com a sonoridade e ritmo das palavras, valorizando a forma da comunicação; tem-se, assim, a função *poética*.” (2002, p. 22)

() “A linguagem de dicionários e vocabulários jurídicos está centrada no código e a função será *Fática*” (2002, p. 22)

() “o texto jurídico é, eminentemente, persuasório; dirige-se, especificamente, ao receptor; dele se aproxima para convencê-lo a mudar de comportamento, para alterar condutas já estabelecidas, suscitando estímulos, impulsos para provocar reações no receptor. Daí o nome função *Referencial* termo relacionado ao verbo latino *conari*, cujo significado é promover, suscitar, provocar estímulos.” (2002, p. 22)

() “Tem como principal objetivo facilitar a comunicação e serve-se de expressões que propiciam um contato inicial entre emissor/locutor e receptor; interlocutor. Quando vemos uma pessoa e queremos conversar com ela, primeiramente a cumprimentamos, dizendo ‘olá!’, ‘tudo bem?’, ‘com vai?’, ‘bom dia!’. Essas expressões assinalam a função *fática*.

A alternativa com a sequência correta é:

- F – V – V – F – V – V
- V – F – V – F – V – F
- F – V – V – F – F – V
- V – V – F – F – F – F
- F – F – F – V – V – F

45. (FDA/2013 - Adaptada) Sobre os tipos de vocabulário jurídico, avalie as seguintes asserções:

I. Os Unívocos são aqueles contêm somente um sentido. Refere-se à descrição de delitos para assegurar direitos. Assim, pode-se dizer que a univocidade representa os termos técnicos do vocabulário especializado.

II. Os Equívocos são os vocábulos *unissignificantes*, possuindo mais de um sentido e sendo identificados contextualmente.

III. No Direito Processual, o vocábulo **sequestrar** significa apreender judicialmente um bem em litígio; já no Direito Penal, tem como valor semântico: privar alguém de sua liberdade de locomoção.

IV. O profissional do Direito deve empreender um valor semântico ao usar as palavras plurissignificativas. Para tanto, não deve empregar acepções que não pertençam ao jargão jurídico, ou, se o forem, mas tiverem natureza equívoca, devem ser acompanhadas de especificadores que assegurem o sentido contextual pretendido.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas I e II.
- d) apenas I, III e IV.

PROCESSO CIVIL

46. (Procurador/SP – 2016) Em relação à audiência de conciliação ou de mediação, é correto afirmar:

- a) A audiência não será realizada se qualquer das partes, ainda que isoladamente, de maneira expressa ou tácita, manifestar seu desinteresse na composição consensual.
- b) As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos, podendo constituir representantes, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir.
- c) A intimação do autor para essa audiência será realizada pessoalmente, por via postal, ou, se incabível, por mandado a ser cumprido pelo Oficial de Justiça.
- d) Se houver desinteresse na autocomposição, o autor deverá apontá-la na petição inicial, cabendo ao réu fazê-lo por ocasião de sua contestação, necessariamente.

47. (Procurador/SP – 2016) Em relação à audiência de instrução e julgamento, é correto afirmar:

- a) A audiência poderá ser integralmente gravada em imagem ou em áudio, em meio digital ou analógico, inclusive diretamente por qualquer das partes, nesse caso desde que haja autorização judicial.
- b) Enquanto depuserem o perito, os assistentes técnicos, as partes e as testemunhas, não poderão os advogados e o Ministério Público intervir ou apartear, sem licença do juiz.
- c) O juiz poderá dispensar a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado ou defensor público não tenha comparecido à audiência, regra porém não aplicável ao Ministério Público, em face dos interesses indisponíveis defendidos.
- d) A audiência é uma e contínua, podendo ser excepcionalmente adiada mas em caso algum cindida, ainda que haja concordância das partes.

48. Os irmãos Rafael e Daniela são proprietários de um imóvel na Av. São Sebastião, n. 20. Eles realizaram um contrato de locação com Joana, estudante, por prazo indeterminado. Após três anos de vigência de contrato, devido aos grandes eventos internacionais na cidade, os irmãos propuseram uma ação revisional de aluguel, tendo em vista a valorização constatada na área em que fica o imóvel. A partir da hipótese sugerida, assinale a opção correta.

- a) Trata-se de litisconsórcio ativo facultativo unitário, uma vez que há solidariedade entre os irmãos, o que faz com que um deles, sozinho, possa ajuizar a ação, tendo a decisão efeito para ambos.
- b) Trata-se de litisconsórcio passivo multitudinário, pois a ação revisional, se procedente, alterará o valor da locação para todo e qualquer candidato à locação.
- c) Trata-se de litisconsórcio ativo facultativo simples, pois no lugar de uma única ação, cada irmão pode entrar com uma ação revisional diferente para atualizar o valor do imóvel, e as duas

correrão normalmente, em separado.

d) Trata-se de litisconsórcio ativo necessário unitário, uma vez que a lei assim o exige e a decisão do juiz será a mesma para os dois irmãos.

49. A respeito da relação entre a reconvenção e a ação na qual ela foi oferecida, assinale a afirmativa correta.

- a) São ações autônomas e, por isso, a reconvenção não tem o seu prosseguimento obstado pela desistência da ação primitiva.
- b) Em caso de extinção da demanda primitiva, sem resolução do mérito, a reconvenção não pode prosseguir, em razão da sua subordinação perante aquela.
- c) A reconvenção, por seu caráter acessório, não deve ser conhecida, no caso de desistência da ação primitiva, mas terá prosseguimento nos outros casos de extinção sem resolução de mérito.
- d) Em razão da prejudicialidade existente entre elas, a ação primitiva deve ser julgada em momento anterior à reconvenção.

50. A respeito do fenômeno processual do litisconsórcio, que consiste na pluralidade de sujeitos ocupando um ou ambos os polos da relação jurídica para litigar em conjunto no mesmo processo, assinale a afirmativa correta.

- a) Não constitui fundamento para a formação de litisconsórcio a ocorrência de afinidade de questões por um ponto em comum de fato ou de direito.
- b) O juiz poderá limitar o litisconsórcio necessário quanto ao número de litigantes quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa.
- c) Na sistemática dos Juizados Especiais Cíveis não se admitirá a formação de litisconsórcio como forma de prestigiar uma prestação jurisdicional mais célere e simplificada.
- d) Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.

51. Com base na gravura abaixo, responda:



- a) O advogado da parte autora instruiu de forma equivocada sua cliente, uma vez que do indeferimento da inicial caberá agravo de instrumento e não apelação, porquanto respectiva decisão tem cunho interlocutório e está prevista no rol taxativo do artigo 1.015 do NCPC.
- b) Está correto, uma vez que do indeferimento da petição inicial caberá apelação, podendo o juiz retratar-se em 5 (cinco) dias e, em não alterando sua decisão, mandará citar o réu para responder ao recurso.
- c) Está equivocada, uma vez que de acordo com o NCPC o indeferimento da petição inicial deverá ser alegado em preliminar de apelação, por tratar-se de *error in procedendo*.
- d) Está correta, tendo em vista que do indeferimento da inicial caberá apelação, em 15 dias, com efeito suspensivo de plano sem possibilidade de retratação, sendo o recurso enviado pelo juízo *a quo*, diretamente ao *ad quem*, que ficará responsável pelo juízo monofásico de admissibilidade do recurso.

52. O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux fez, durante a sessão desta quarta, um manifesto contra um estudo técnico feito no tribunal, mostrando que o novo Código de Processo Civil “inundará” a Corte e Tribunais de Justiça com processos desnecessários.

“Gostaria de refutar veementemente esse estudo do Supremo – que não conheço – que mostra que o novo Código vai inundar a Corte. O novo Código não vai inundar a Corte, e a Corte não está preocupada com o volume do trabalho em detrimento da redução razoável do processo”, disse. “Esse é um Código na Nação Brasileira e não serve a especulações curiosas”, protestou.

a) O ministro Luiz Fux fazia menção o juízo de admissibilidade do recurso especial e extraordinário que, antes da Lei nº 13.256, de 2016, que alterou o CPC de 2015, seria realizada de forma monofásica, unicamente pelos Tribunais Superiores.

b) O ministro Luiz Fux fazia menção ao acesso à justiça que foi facilitado pelo NCPC, em especial por equiparar os pressupostos de admissibilidade da gratuidade da justiça das pessoas jurídica e física.

c) O ministro Luiz Fux fazia menção ao fim da repercussão geral prevista no NCPC como requisito de admissibilidade do Recurso Extraordinário.

d) O ministro Luiz Fux fazia menção ao fim do agravo retido, tendo em vista que sua conversão em preliminar de apelação acabará por inundar os tribunais com mais demandas a serem julgadas.

53. Assinale a afirmativa correta:

I. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento e corrigir erro material.

II. Considera-se omissa a decisão que deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência bem como a decisão carente de fundamentação, relatório ou empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso concreto.

III. Pela leitura da súmula 356 do STF - *o ponto omissa da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento* – conclui-se que a interposição dos embargos de declaração prequestionadores é requisito de admissibilidade para recebimento do recurso extraordinário.

IV. Caso o acolhimento dos embargos de declaração implique modificação da decisão embargada, o embargado que já tiver interposto outro recurso contra a decisão originária tem o direito de apresentar uma nova apelação, desconsiderando as razões da outra interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação da decisão dos embargos de declaração.

V. O Juiz intimará o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, somente sobre os embargos de declaração cujo acolhimento acarrete em eventuais efeitos infringentes na decisão.

a) Apenas as alternativas I, III e V estão corretas.

b) Apenas as alternativas I, II, e V estão corretas.

c) Apenas as alternativas II e IV.

d) Todas as alternativas estão corretas.

54. Em ação de alimentos promovida por Yolanda em face de Aurélio, o Juiz determinou, em sentença, que o valor da pensão a ser paga pelo réu seria de 5 salários mínimos, irresignado, o réu deverá apresentar:

a) Agravo de instrumento dirigido diretamente o Tribunal de Justiça, que será recebido, neste caso, tão somente no seu efeito devolutivo.

b) Agravo de instrumento diretamente o Tribunal, informando e requerendo a retratação da decisão, em 3 dias, ao juízo *a quo*.

c) Apelação, com pedido de retratação, recebida tão somente em seu efeito devolutivo.

d) Apelação, cuja eficácia da sentença poderá ser suspensa pelo relator se o apelante demonstrar a probabilidade de provimento do recurso.

55. Assinale a alternativa correta:

a) Se o juiz *a quo* comunicar que reformou inteiramente a decisão agravada, sua retratação apenas terá validade se ratificada pelo relator *ad quem*.

b) Caberá agravo de instrumento contra decisão de inadmissão de prova testemunhal em audiência de instrução.

c) A petição de agravo de instrumento será instruída obrigatoriamente com cópias da petição inicial, da contestação, da petição que ensejou a decisão agravada, da própria decisão agravada, da certidão da respectiva intimação ou outro documento oficial que comprove a tempestividade e das procurações outorgadas aos advogados do agravante e do agravado sob pena de indeferimento liminar do recurso.

d) O agravo de instrumento será interposto diretamente ao Tribunal e o agravante poderá requerer a juntada aos autos do processo, da sua cópia, do comprovante de sua interposição e da relação dos documentos que instruíram o recurso, cujo descumprimento, desde que arguido e provado pelo agravado, importará na inadmissibilidade do agravo de instrumento.

DIREITO PENAL

56. Franzino da Luz, ao chegar em casa, flagrou Furtolino Noturno dentro do quarto de sua filha, tentando estuprá-la. Imediatamente apanhou o ferro elétrico que estava ao seu alcance e desferiu um golpe na cabeça de Furtolino, que teve morte instantânea. A polícia foi ao local e efetuou a prisão de Franzino encaminhando-o à Central de Flagrantes. Diante da constatação do fato típico, o delegado de polícia presidiu o auto de prisão em flagrante e encaminhou Franzino para a casa de detenção provisória. O flagrante foi homologado pelo Juiz de Direito. Que característica da lei penal legitima a prisão de Franzino da Luz, mesmo em face das circunstâncias em que praticou a conduta?

a) Exclusiva

b) Geral

c) Impessoal

d) Imperativa

57. Olho Grande, conhecido mediante do bairro, sentindo inveja de seu colega Mão Esperta, que apareceu no baile funk usando um celular de última geração, o qual era um lançamento exclusivo para aquela região, aproveitando um descuido de Mão Esperta subtraiu o aparelho e o jogou no igarapé que banha a cidade. O pensamento de Olho Grande foi o seguinte: “se eu não posso ter um aparelho celular desses, ele também não vai ter”. Que elemento do tipo penal determina qual o crime cometido por Olho Grande?

a) Elemento descritivo

b) Elemento subjetivo

c) Elemento normativo

d) Elemento objetivo

58. Olho Grande, há dois anos, quando ainda tinha 16 anos, cometeu homicídio. Hoje, após constatada a autoria do crime, o mesmo deverá ser processado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – em razão da aplicação de qual teoria?

a) Teoria subjetiva

b) Teoria da ubiquidade

c) Teoria da atividade

d) Teoria mista

59. É ou não ético roubar um remédio cujo preço é inacessível, a fim de salvar alguém, que, sem ele, morreria? Seria um erro pensar que, desde sempre, os homens têm as mesmas respostas para questões desse tipo. Com o passar do tempo, as sociedades mudam e também mudam os homens que as compõem. Na Grécia Antiga, por exemplo, a existência de escravos era perfeitamente legítima: as pessoas não eram consideradas iguais entre si, e o fato de umas não terem liberdade era considerado normal. Hoje em dia, ainda que nem sempre respeitados, os Direitos Humanos impedem que alguém ouse defender, explicitamente, a escravidão como algo legítimo (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Secretaria de Educação Fundamental. Ética. Brasília, 2012. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso em: 16 jul. 2012 - adaptado*). Com relação a ética e cidadania, avalie as afirmações seguintes.

I. Toda pessoa tem direito ao respeito de seus semelhantes, a uma vida digna, a oportunidades de realizar seus projetos, mesmo que esteja cumprindo pena de privação de liberdade, por ter cometido delito criminal, com trâmite transitado e julgado.

II. Sem o estabelecimento de regras de conduta, não se constrói uma sociedade democrática, pluralista por definição, e não se conta com referências para se instaurar a cidadania como valor.

III. Segundo o princípio da dignidade humana, que é contrário ao preconceito, toda e qualquer pessoa é digna e merecedora de respeito, não importando, portanto, sexo, idade, cultura, raça, religião, classe social, grau de instrução e orientação sexual.

É correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I, II e III.

60. Veja figura abaixo e a seguir responda sobre Livramento Condicional:



O juiz poderá conceder livramento condicional ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a 2 anos, desde que esteja presente certos requisitos. Aponte alternativa errada:

- I - cumprida metade se o condenado não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes;
- II - comprovante mediante trabalho honesto, apresentando registro em carteira de trabalho;
- III - cumprida mais de 1/3 da pena não for reincidente em crime doloso e tiver bons antecedentes;
- IV - cumprido mais de 2/3 da pena nos casos de condenação em crime hediondo;

Quantas dessas assertivas esta (estão) errada (s).

- A) apenas a alternativa I errada.
- B) apenas a alternativa II errada.
- C) as alternativas I e II estão erradas.
- D) as alternativas I e III estão erradas

61. Caracteriza-se crime continuado quando:

- I - os crimes cometidos forem da mesma espécie;
- II - que os crimes tenham sido cometidos pelo mesmo modo;
- III - tenham sido praticados nas mesmas condições de tempo e local.

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) A afirmação I está correta.
- b) As afirmações I e III estão corretas.
- c) As afirmações II e III estão corretas.
- d) Todas as afirmações estão corretas.

62. O homicídio qualificado mediante promessa de paga ou recompensa é:

- a) Crime formal, dado que o crime se consuma com a promessa de pagamento ainda que o resultado morte não tenha se efetivado;
- b) Crime permanente face o lapso temporal que pode existir entre a consumação e o resultado do crime;
- c) Crime plurisubjetivo, dado que é necessário no mínimo dois agentes para a incidência da qualificadora em questão
- d) Nenhuma das alternativas

63. O infanticídio tem como elementares:

- a) Domínio de violenta emoção da mãe em estado puerperal;
- b) Influência de estado puerperal da mãe que mata o próprio filho;
- c) A ocultação de desonra da mãe;
- d) Nenhuma das alternativas

64. O chamado auto aborto:

- a) Não admite nenhuma modalidade de concurso em razão de ser crime de mão-própria
- b) Gera punição na mesma medida a terceiro que age para provocar o aborto
- c) A lesão corporal de natureza leve gerada em função da prática do aborto qualifica o crime;
- d) Nenhuma das alternativas

65. Trabalhos excessivos são condutas previstas expressamente como hipóteses do crime de:

- a) Maus-tratos;
- b) Omissão de socorro;
- c) Lesão corporal leve;
- d) Nenhuma das alternativas

FILOSOFIA POLÍTICA

66. “Como a temperança, também a justiça é uma virtude comum a toda a cidade. Quando cada uma das classes exerce a sua função própria, ‘aquela para a qual a sua natureza é a mais adequada’, a cidade é justa. Esta distribuição de tarefas e competências resulta do fato de que cada um de nós não nasceu igual ao outro e, assim, cada um contribui com a sua parte para a satisfação das necessidades da vida individual e coletiva. (...) Justiça é, portanto, no indivíduo, a harmonia das partes da alma sob o domínio superior da razão; no estado, é a harmonia e a concórdia das classes da cidade.” (PIRES, Celestino. *Convivência política e noção tradicional de justiça. In: BRITO, Adriano N. de; HECK, José N. (Orgs.). Ética e política. Goiânia: Editora da UFG, 1997. p. 23*). Sobre a cidade justa na concepção de Platão, é correto afirmar:

- a) Nela todos satisfazem suas necessidades mínimas, e inexistem funções como as de governantes, legisladores e juizes.
- b) É governada pelos filósofos, protegida pelos guerreiros e mantida pelos produtores econômicos, todos cumprindo sua função própria.
- c) Seus habitantes desejam a posse ilimitada de riquezas, como terras e metais preciosos.
- d) Ela tem como principal objetivo fazer a guerra com seus vizinhos para ampliar suas posses através da conquista.

67. “Uma vez que constituição significa o mesmo que governo, e o governo é o poder supremo em uma cidade, e o mando pode estar nas mãos de uma única pessoa, ou de poucas pessoas, ou da maioria, nos casos em que esta única pessoa, ou

as poucas pessoas, ou a maioria, governam tendo em vista o bem comum, estas constituições devem ser forçosamente as corretas; ao contrário, constituem desvios os casos em que o governo é exercido com vistas ao próprio interesse da única pessoa, ou das poucas pessoas, ou da maioria, pois ou se deve dizer que os cidadãos não participam do governo da cidade, ou é necessário que eles realmente participem.” (ARISTÓTELES. Política. Trad. de Mário da Gama Kury. 3.ed. Brasília: Editora UNB, 1997. p. 91). Com base no texto e nos conhecimentos sobre as formas de governo em Aristóteles, analise as afirmativas a seguir.

I. A democracia é uma forma de governo reta, ou seja, um governo que prioriza o exercício do poder em benefício do interesse comum.

II. A democracia faz parte das formas degeneradas de governo, entre as quais destacam-se a tirania e a oligarquia.

III. A democracia é uma forma de governo que desconsidera o bem de todos; antes, porém, visa a favorecer indevidamente os interesses dos mais pobres, reduzindo-se, desse modo, a uma acepção demagógica.

IV. A democracia é a forma de governo mais conveniente para as cidades gregas, justamente porque realiza o bem do Estado, que é o bem comum.

Assinale a alternativa verdadeira(correta):

- a) I, II e III
- b) I, II e IV
- c) I,III e IV
- d) II e III

68. "Grande parte das teorias medievais sobre o Estado (pelo menos as teorias dos primeiros séculos, anteriores à visão escolástica, que retoma as teses aristotélicas) apresenta uma concepção negativa do Estado".(Bobbio, Norberto. A Teoria das Formas de Governo). Esta concepção negativa do Estado, segundo Bobbio, deve-se principalmente:

- a)À finalidade do Estado em promover o bem comum, em virtude da necessidade humana de viver em grupo e da sua natural índole política.
- b)Ao papel principal do estado em assegurar a liberdade dos estamentos sociais determinados pela vontade divina garantindo ao homem o exercício do livre arbítrio.
- c)À necessidade de "remediar" a natureza má do homem, cabendo assim ao Estado a função repressiva representada pela "espada".
- d)Ao contraditório exercício de poder dos nobres também nos assuntos religiosos, interferindo assim na capacidade da Igreja combater as heresias.

69. “Se todos os homens são, como se tem dito, livres, iguais e independentes por natureza, ninguém pode ser retirado deste estado e se sujeitar ao poder político de outro sem o seu próprio consentimento. A única maneira pela qual alguém se despoja de sua liberdade natural e se coloca dentro das limitações da sociedade civil é através do acordo com outros homens para se associarem e se unirem em uma comunidade para uma vida confortável, segura e pacífica uns com os outros, desfrutando com segurança de suas propriedades e melhor protegidos contra aqueles que não são daquela comunidade”. (LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo civil. Trad. de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 1994. p.139.)Com base no texto e nos conhecimentos sobre o contrato social em Locke, considere as afirmativas a seguir.

I. O direito à liberdade e à propriedade são dependentes da instituição do poder político.

II. O poder político tem limites, sendo legítima a resistência aos atos do governo se estes violarem as condições do pacto político.

III. Todos os homens nascem sob um governo e, por isso, devem a ele submeter-se ilimitadamente.

IV. Se o homem é naturalmente livre, a sua subordinação a qualquer poder dependerá sempre de seu consentimento.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) I, III e IV.

70. “Deveis saber, portanto, que existem duas formas de se combater: uma, pelas leis, outra, pela força. A primeira é própria do homem; a segunda, dos animais. [...] Ao príncipe torna-se necessário, porém, saber empregar convenientemente o animal e o homem. [...] Sendo, portanto, um príncipe obrigado a bem servir-se da natureza da besta, deve dela tirar as qualidades da raposa e do leão, pois este não tem defesa alguma contra os laços, e a raposa, contra os lobos. Precisa, pois, ser raposa para conhecer os laços e leão para aterrorizar os lobos. Os que se fizerem unicamente de leões não serão bem-sucedidos. Por isso, um príncipe prudente não pode nem deve guardar a palavra dada quando isso se lhe torne prejudicial e quando as causas que o determinaram cessem de existir”. Fonte: MAQUIAVEL, N. O Príncipe. Tradução de Lívio Xavier. São Paulo: Nova Cultural, 1993, cap, XVIII, p.101-102.) Com base no texto e nos conhecimentos sobre O Príncipe de Maquiavel, assinale a alternativa correta:

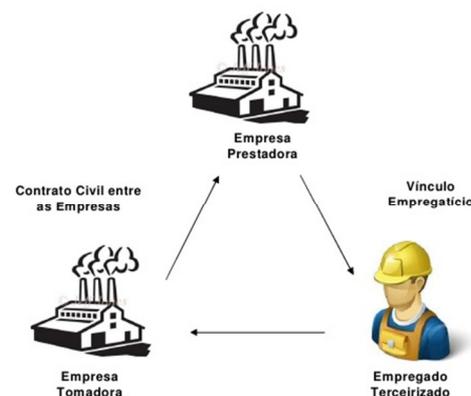
- a) Os homens não devem recorrer ao combate pela força porque é suficiente combater recorrendo-se à lei.
- b) Um príncipe que interage com os homens, servindo-se exclusivamente de qualidades morais, certamente terá êxito em manter-se no poder.
- c) O príncipe prudente deve procurar vencer e conservar o Estado, o que implica o desprezo aos valores morais.
- d) Para a conservação do poder, é necessário admitir a insuficiência da força representada pelo leão e a importância da habilidade da raposa.

DIREITO DO TRABALHO

71. São fontes heterônomas do Direito do Trabalho, dentre outras:

- a)As Convenções Internacionais e as Convenções Coletivas de Trabalho.
- b)As Convenções Coletivas de Trabalho e os Acordos Coletivos.
- c)Os Tratados, as Convenções Internacionais e a Constituição Federal.
- d)A Constituição Federal e os Usos e Costumes.

72. Diante do caso abaixo, assinale a afirmativa correta.



ABC Manutenção e Limpeza manteve contrato de fornecimento de mão de obra de limpeza com Aeroportos Brasileiros, empresa pública federal. Por ocasião da ruptura do contrato entre as

empresas, Paulo, funcionário da ABC Manutenção e Limpeza, e que prestava serviços para Aeroportos Brasileiros, foi dispensado sem receber as verbas rescisórias. Ajuizou ação trabalhista em face de ambas as empresas, sendo a empregadora revel. A tomadora dos serviços apresentou defesa com robusta

documentação, demonstrando a efetiva fiscalização do cumprimento do contrato e de aspectos legais, sendo certo que o contrato foi cancelado justamente em razão desta fiscalização.

- a) A empresa pública federal responde solidariamente por força da terceirização.
- b) A empresa pública federal responde subsidiariamente por força da terceirização, haja vista o inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador.
- c) A empresa pública federal é parte ilegítima para figurar no polo passivo da demanda porque não tem vínculo de emprego com Paulo.
- d) A empresa pública federal não responde pelo inadimplemento das verbas trabalhistas porque sua responsabilidade não decorre do simples inadimplemento contratual, tendo ficado provado, no caso, que houve efetiva fiscalização por parte da tomadora dos serviços.

73. No tocante às férias, considere:

I. É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo legal para pagamento.

II. O empregado que tiver onze faltas injustificadas no curso do período aquisitivo terá direito a vinte e quatro dias corridos de férias.

III. O empregado que tiver quinze faltas injustificadas no curso do período aquisitivo terá direito a dezoito dias corridos de férias.

IV. Não terá direito à férias o empregado que, no curso do período aquisitivo deixar de trabalhar, com percepção do salário, por mais de quinze dias, em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I, II e IV.
- b) I, II e III.
- c) I e IV.
- d) II e III.

74. Assinale a opção correta acerca da duração do trabalho.

a) Os gerentes, assim considerados os exercentes de cargos de gestão ou equiparados, quando o salário do cargo de confiança for, pelo menos, 30% superior ao salário efetivo, não são abrangidos pelo regime de horas extras.

b) Se o intervalo intrajornada destinado a repouso e alimentação não for concedido pelo empregador, este ficará obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo de, no mínimo, 100% do valor da remuneração da hora normal de trabalho.

c) O trabalho noturno ensejador da percepção de adicional noturno de 20%, pelo menos, sobre a hora diurna é aquele executado entre as vinte e uma horas de um dia e as seis horas do dia seguinte.

d) Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a vinte e cinco horas semanais.

75. Em relação ao intervalo intrajornada não remunerado, com base na lei e na jurisprudência uniforme do TST, é INCORRETO afirmar que:

a) quando o intervalo para repouso e alimentação não for concedido pelo empregador, este ficará obrigado a remunerar o período correspondente com um acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

b) a não concessão total ou parcial do intervalo intrajornada mínimo, implica o pagamento total do período correspondente, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

c) não excedendo de seis horas o trabalho, será obrigatório um intervalo de quinze minutos quando a duração ultrapassar quatro horas.

d) é o que ocorre dentro da jornada de trabalho para o repouso e alimentação do empregado, devendo ser computado na duração do trabalho.

76. Leia o texto a seguir:

“O plano de Dilma para tentar blindar os postos de trabalho no Brasil

Em meio à crise política e econômica, a presidenta Dilma Rousseff decidiu apostar em uma medida para blindar um dos maiores trunfos de seus anos no poder: os baixos índices de desemprego. Em uma tentativa clara de frear o fechamento de vagas no Brasil, Rousseff enviou ao Congresso uma medida provisória (MP) que cria o Programa de Proteção de Emprego. Apoiada por sindicatos e pelo setor industrial, a medida que visa desestimular demissões com redução jornada e redução negociada de salários despertou suspeita em especialistas para os quais o Governo está diminuindo as chances de cumprir o ajuste fiscal prometido

A MP, que ainda precisa ser regulamentada, permite que, em momentos de crise ou de queda expressiva da produção da empresa, a jornada de trabalho seja reduzida em até 30%, com redução proporcional do salário pago pelo empregador. A diferença do salário será parcialmente custeada pelo Governo, que pagará ao trabalhador 50% da perda, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), um fundo composto por contribuições pagas sobre a folha de pagamento e que apresentou nos últimos anos problemas de caixa. A complementação será limitada a 65% do maior benefício do seguro-desemprego, que corresponde a 900 reais.” (Fonte: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/08/economia/1436310286_776968.html)

Julgue os itens a seguir:

I – o salário é protegido, no Brasil, contra a redução de seu valor nominal. É possível, entretanto, a sua redução, desde que realizada por negociação coletiva;

II – o programa de proteção ao emprego, ao permitir a redução da jornada de trabalho em até 30%, com redução proporcional do salário pago pelo empregador, tem o objetivo de desestimular o desaparecimento de postos de trabalho, concretizando o princípio da continuidade da relação de emprego;

III – o direito à irredutibilidade salarial, previsto no inciso VI do artigo 7º da Constituição Federal protege o valor real do salário, de modo que a perda do valor da moeda em virtude da inflação deve ser corrigida anualmente pelo empregador, sob pena de ofensa a direito fundamental trabalhista;

É correto apenas o que se afirma em

- a) I.
- b) II.
- c) II e III.
- d) I e II.

77. (OAB – XVI EXAME DE ORDEM UNIFICADO) Paulo é operador de máquinas de uma montadora de automóveis. Seu horário de trabalho é das 7:00 às 16:00, dispondo de uma hora de intervalo. O aparelho para registro do ponto eletrônico fica situado ao lado da máquina operada por Paulo e os controles são marcados no início e no fim da efetiva jornada de trabalho. Paulo diariamente chega ao trabalho às 6:15, horário em que sai da condução que o deixa na porta da empresa. Porém, tem que caminhar por cerca de trinta minutos até o local de início efetivo do trabalho. Insatisfeito, Paulo decidiu mover uma reclamação trabalhista em face de seu empregador.

Considerando o caso acima, assinale a afirmativa correta.

- a) Paulo não tem direito às horas extras, pois não havia excesso de jornada.
- b) Tendo havido extrapolação de 5 (cinco) minutos no tempo de deslocamento entre o portão e o local de trabalho, Paulo faz jus a 10 (dez) minutos extras no início e no fim da jornada.

c) Paulo tem direito às horas extras (minutos) no início e no fim da jornada, dada a distância entre o portão da empresa e o local de trabalho, que supera 10 (dez) minutos de deslocamento.

d) Paulo tem direito às horas extras registradas em seu cartão de ponto.

78. (OAB – XVI EXAME DE ORDEM UNIFICADO) Hugo, José e Luiz são colegas de trabalho na mesma empresa. Hugo trabalha diretamente com o transporte de material inflamável, de modo permanente, nas dependências da empresa. José faz a rendição de Hugo durante o intervalo para alimentação e, no restante do tempo, exerce a função de teleoperador. Luiz também exerce a função de teleoperador. Acontece que, no intervalo para a alimentação, Luiz pega carona com José no transporte de inflamáveis, cujo trajeto dura cerca de dois minutos.

Diante dessa situação, assinale a afirmativa correta.

A) Como Hugo, José e Luiz têm contato com inflamáveis, os três têm direito ao adicional de periculosidade.

B) Apenas Hugo, que lida diretamente com os inflamáveis em toda a jornada, tem direito ao adicional de periculosidade.

C) Hugo faz jus ao adicional de periculosidade integral; José, ao proporcional ao tempo de exposição ao inflamável; e Luiz não tem direito ao adicional, sendo certo que a empresa não exerce qualquer atividade na área de eletricidade.

D) Hugo e José têm direito ao adicional de periculosidade. Luiz não faz jus ao direito respectivo.

79. (OAB – XVI EXAME DE ORDEM UNIFICADO) João trabalha na área de vendas em uma empresa. Recebe do empregador, em razão do seu cargo, moradia e pagamento da conta de luz do apartamento, além de ter veículo cedido com combustível. Tal se dá em razão da necessidade do trabalho, dado que João trabalha em local distante de grande centro, sendo responsável pela distribuição e venda dos produtos na região. Além disso, João recebe uma quota mensal de 10 pacotes de cigarro por mês, independentemente de sua remuneração, não sendo necessário prestar contas do que faz com os cigarros. A partir do caso narrado, assinale a afirmativa correta.

a) Os valores relativos à habitação, à energia elétrica e ao veículo integram a remuneração de João, por serem salário-utilidade, mas não o cigarro, por ser nocivo à saúde.

b) Os valores de habitação e veículo integram a remuneração de João. A energia elétrica e o combustível, não, pois já incorporados, respectivamente, na habitação e no veículo. O valor do cigarro não é integrado, face à nocividade à saúde.

c) Nenhum dos valores da utilidade integram a remuneração de João.

d) Tratando-se de salário in natura, todos os valores integram a remuneração de João, pois são dados com a ideia de contraprestação aos serviços.

80. A respeito das férias, julgue os itens a seguir:

I – Muito embora as férias sejam concedidas por ato do empregador, que deverá escolher o período de férias de cada empregado (como manifestação do *jus variandi*), em dois casos o empregado terá direito de usufruir do período de férias em época específica. É o caso do trabalhador menor, cujas férias deverão coincidir com as férias escolares, e dos membros da mesma família que prestem serviço ao mesmo empregador que, caso queiram e não haja prejuízo ao serviço, podem tirar férias juntos.

II – Sempre que as férias forem concedidas após o período de gozo, o empregador pagará em dobro a respectiva remuneração, conforme entendimento consolidado no Tribunal Superior do Trabalho.

III – Conforme entendimento consolidado no TST, não será devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, incluído o terço constitucional, com base no art. 137 da CLT, quando, ainda que o empregador tenha descumprido o prazo previsto no art. 145 do mesmo diploma legal, tenham sido gozadas na época própria.

IV – A garantia do direito a férias anuais remuneradas atende a finalidades fisiológicas (permitindo a recuperação física do trabalhador), econômicas (o trabalhador descansado tende a ser mais produtivo), culturais, políticas e sociais.

É correto apenas o que se afirma em:

a) I e III

b) I, II e III

c) I, II e IV

d) I, III e IV;

